

As Políticas de Estado e a Formação Sócio-Espacial do Meio-Oeste Catarinense: O Desenvolvimento Comercial em destaque.

Silvio Marcio Montenegro Machado¹

Uma breve contribuição inicial

Para podermos falar sobre as transformações sócio-espaciais no Meio-Oeste catarinense, região também conhecida como Vale do Rio do Peixe e ultimamente tratada pelo Governo Federal como região do Meio-Oeste Contestado (Fig.1), se fez necessário, em primeiro lugar, realizar uma revisão bibliográfica para desvendar os processos de formação ocorridos na região, encontramos algumas dificuldades iniciais em conseguir mais fontes devido ao fato de que não existe muita bibliografia com abordagem geográfica sobre o assunto tratado. Recorremos primeiramente a leituras gerais, feitas com o objetivo de aprofundar as bases teóricas para o desenvolvimento do processo de pesquisa, com O Capital de Marx, Volume 2, Livro II, e Espaço e Sociedade de Milton Santos iniciamos nossa fundamentação teórica, estes foram os norteadores de nosso trabalho

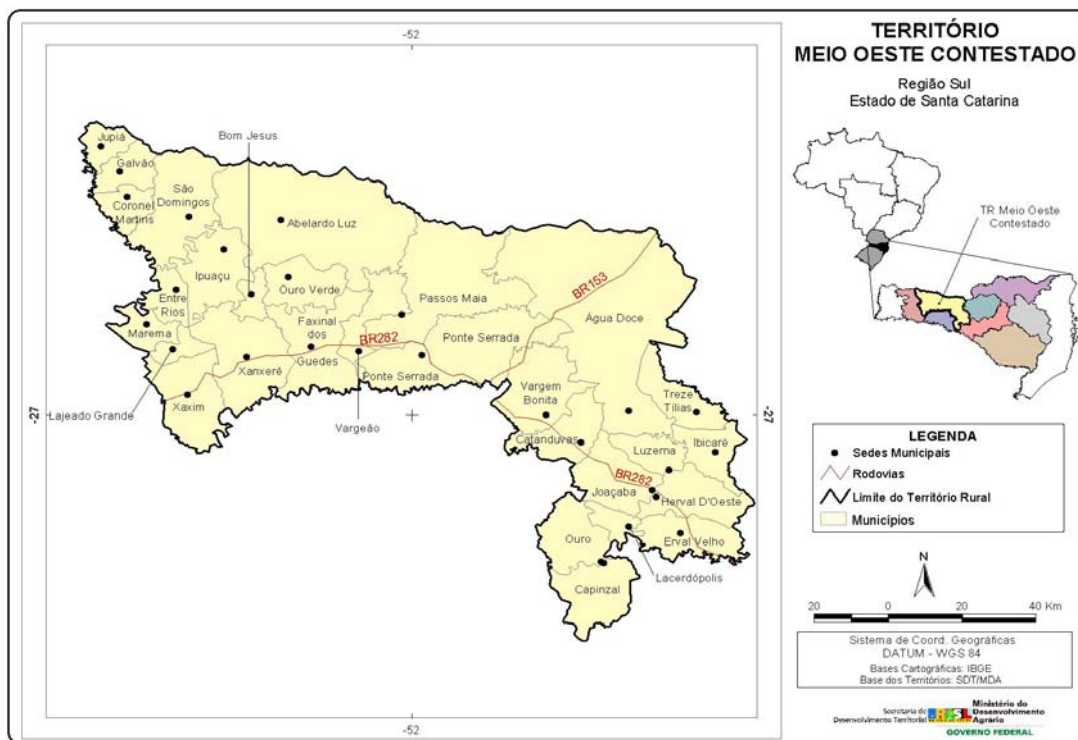


Fig. 1 – Localização da região meio-oeste de Santa Catarina

Ao entrarmos no conteúdo específico procuramos resgatar aspectos históricos da formação social e agroindustrial da região, encontramos fundamentos importantes na leitura de Carlos José Espíndola: As agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso Sadia, e Armen Mamigonian Industria. In Atlas de Santa Catarina, dados adicionais também foram encontrados na dissertação de mestrado de Waldir da Silva Pereira : A ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng – relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional, no capítulo onde este discorre sobre a história da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Outro aporte importante foi a leitura do

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina

álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba (1917 -1967) de posse dessas informações, foi possível traçar um diagnóstico inicial da evolução da formação social do meio-oeste catarinense.

Objetivando levantar dados históricos e a partir dessas informações, poderemos obter conhecimento da formação comercial e sócio-espacial do Meio-Oeste de Santa Catarina, percebendo assim a real dimensão da influência das políticas de Estado² na produção e reprodução do espaço e na distribuição das atividades comerciais e industriais aí localizadas, na tentativa de poder entender como as empresas, principalmente as agroindústrias instaladas na região, que são líderes mundiais de mercado em seus segmentos, tiraram proveito dessas políticas se apropriando da máquina do Estado, trançando por vezes uma linha muito tênue entre público e privado numa relação bem conhecida no mundo capitalista, e uma expressão de uma de suas maiores contradições, o trabalho social versus apropriação privada do lucro.

No caso da região estudada, a infra-estrutura que possibilitou o desenvolvimento dessas empresas foi construída socialmente (expressão do público) e o lucro privado foi e continua sendo dos empresários do agronegócio.

Nosso intuito é revelar como as políticas adotadas ou impostas à sociedade, a nível municipal, estadual e federal, acabaram por favorecer e consolidar a hegemonia das grandes empresas locais, sobretudo agroindustriais, que hoje são líderes de mercado a nível mundial em seus segmentos e que levaram consigo alguns comerciantes associados que estavam aptos a aproveitar as oportunidades, em um dado momento histórico, que lhes possibilitou expandir seus negócios, caso dos atacadistas e varejistas locais que rapidamente conseguiram projeção regional, interestadual e até nacional.

Por outro lado nos perguntamos por que essa região com tantas empresas promissoras encontra-se atualmente (primeiro semestre de 2008) entre as 60 regiões de menor IDH do país, sendo alvo do Programa Territórios da Cidadania que faz parte das políticas de desenvolvimento social que estão sendo levadas a cabo pelo Governo Federal? Não pretendemos trazer respostas conclusivas sobre este assunto, mas elementos para contribuir na discussão teórica sobre quais os reais benefícios de uma política de desenvolvimento das forças produtivas³ impulsionada pelo Estado, mas que é concentradora e não distribuidora de renda.

Além do levantamento e da discussão bibliográfica a pesquisa envolveu também, a procura na internet de dados referentes ao comércio e às indústrias da região Oeste de Santa Catarina, e a utilização dos programas do Ministério do Trabalho CAGED e RAIS, para levantar dados referentes ao emprego de mão-de-obra nos diversos municípios da região. Procuramos buscar informações estatísticas em órgãos como IBGE, FECOMERCIO, CEAG, FIESC, Junta Comercial e outros.

As novas configurações sócio-espaciais no período da república

A região conhecida como Vale do Rio do Peixe ou Meio-Oeste catarinense (ver fig 2), local inicialmente habitado por índios Xokleng considerados muito agressivos e

² A expressão políticas de Estado é utilizada em substituição a expressão políticas públicas, que tem sido largamente utilizada, em nosso entendimento, de maneira equivocada pois nos parece que esta expressão não representa adequadamente as políticas que vêm sendo aplicadas pelos diferentes governos ao longo de nossa história, visto que a expressão políticas públicas lembra uma participação pública o que não vem ocorrendo, as políticas adotadas são sempre impostas de maneira muitas vezes arbitrárias e com pouca ou nenhuma participação popular, portanto convenciamos chamá-las de políticas de Estado.

³ Entendemos como forças produtivas os elementos que exercem na sociedade uma influência para modificar ou transformar uma natureza, compreendendo os meios de produção e os homens que deles se utilizam. Por fim, em nosso entendimento, as forças produtivas nada mais são do que a capacidade de gerar riquezas sociais.

resistentes à presença de “homens brancos”, também foi palco da disputa das chamadas terras contestadas. Procuramos não abordar a princípio a problemática das disputas de terras ocorridas entre Santa Catarina e Paraná, por entender que esta parte da história da formação social desta região já esta bem trabalhada por outros autores. Consideramos como ponto fundamental, do início da colonização e das atividades comerciais no meio-oeste catarinense a chamada Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que permitiu a instalação de vários povoados em seu entorno sendo responsável pelo deslocamento de milhares de trabalhadores vindos de outras partes do país e do exterior para a região, a ferrovia chegou a ser chamada de ferrovia colonizadora, e gerou vários conflitos, principalmente com os habitantes por direito e que a muito faziam uso dessas terras, a princípio os índios e os caboclos ou sertanejos do contestado posteriormente.

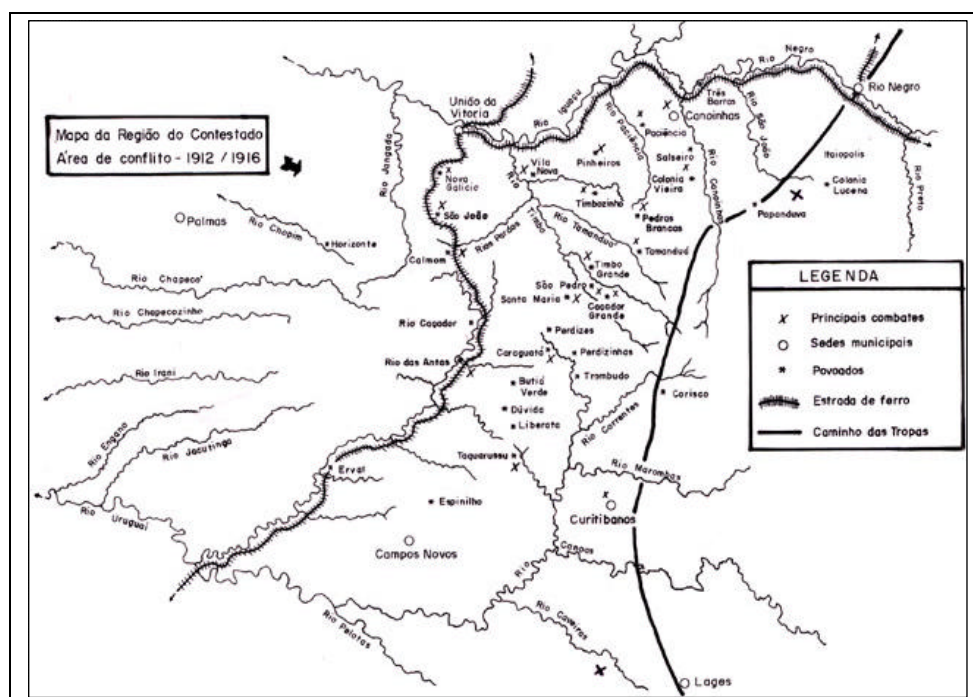


Fig. 2 – Localização da Ferrovia junto ao Rio do Peixe e área de conflito da Guerra do Contestado de 1912 a 1916.

A ferrovia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, visava um projeto maior que apenas escoar a produção do Rio Grande do Sul para São Paulo, faz parte da inserção do país na nova ordem capitalista internacional, introduziu no Oeste catarinense processos sociais modernizantes e proporcionou aos trabalhadores brasileiros a convivência com artefatos tecnológicos da era industrial.

Outro fator importante foi a colonização do meio-oeste Catarinense e seu aspecto geográfico estratégico fundamental, pois assegurava um domínio territorial de ordem republicana em um local que até então era considerado um ponto extremo do país. Além da disputa com o Paraná a região também era disputada com a Argentina o que reforça o caráter geo-estratégico de segurança nacional de uma republica em afirmação e que sofria diversas pressões e rebeliões em seu território.

Muito além de ser apenas terras contestadas, o meio-oeste catarinense teve um desenvolvimento diferenciado do resto do país, podemos dizer que uma das primeiras atividades comerciais na região foram as vendas de terras por parte da colonizadora, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company uma empresa do grupo do estadunidense Percival Farquhar que loteou e vendeu terras no Oeste Catarinense. A empresa Brazil Railway de Percival Farquhar, responsável pela construção da ferrovia

também instalou uma madeireira que visava explorar as imensas reservas florestais do sul do Brasil, e a empresa Lumber além de explorar a madeira também era responsável pela posterior colonização dos “territórios usados” principalmente pelos caboclos e que lhe foram concedidas arbitrariamente como forma de compensação do Governo da República pela construção da ferrovia.

Esse aspecto colonizador da construção da ferrovia contribuiu significativamente para o fator que diferencia essa região das demais regiões agrícolas ou agricultáveis do país, a ausência de latifúndios. A ferrovia muito além do escoamento da produção agropastoril e extrativa do sul, permitiu o desenvolvimento na região da exploração das reservas naturais e o desenvolvimento de um comércio que a princípio funcionava como monopólio, os galpões, que abasteciam os trabalhadores e também consumia boa parte de seus salários.

A Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, foi palco e principal potencializadora dos conflitos ocorridos durante a Guerra do Contestado. Conflito que teve origem na violenta disputa por terras, em questões interestaduais e na competição pela exploração das riquezas naturais, entre outras, como vemos todos eventos com os quais as empresas de Farquhar também estavam envolvidas, porquanto a ferrovia foi considerada como fator potencializador para a deflagração do conflito.

O acréscimo de aproximadamente dez mil homens, na região no período de 1908 a 1910, com o intuito de acelerar as obras da ferrovia em função de uma ameaça iminente de guerra com a Argentina que estaria querendo compensar a perda das Missões Jesuítas ao sul e que teve a arbitragem da questão favorável ao Brasil por decisão do presidente dos EUA, fez o governo brasileiro perceber a dificuldade de locomoção de tropas e alimentos que teria para deslocar à região em caso de conflito.

O conflito em si nunca ocorreu, porém a sua iminência possibilitou a aceleração nas obras da ferrovia e no processo de colonização local.

O incremento de trabalhadores além de produzir relações sociais das mais interessantes, visto que os trabalhadores vieram de localidades distintas (alemães, poloneses, portugueses, entre outros), fez com que esses trabalhadores depois de instalados e de terem sobrevivido às péssimas condições de trabalho a que foram submetidos, reproduzissem na região suas relações sociais, compraram terras, e tentaram reproduzir no Vale do Rio do Peixe, as condições a que estavam acostumados em sua terra natal.

O comércio passou a se desenvolver na região através de galpões que vendiam secos e molhados, os descendentes de europeus e filhos de pequenos produtores vindos do Rio Grande do Sul, segundo Carlos Jose Espíndola, somente se consolidaram na região após o fim da Guerra do Contestado (1912 a 1916) que contou em suas fileiras com mais de dez mil homens, mulheres e até crianças, remanescentes dos maragatos e federalistas, aventureiros, fanáticos religiosos, trabalhadores da ferrovia que ficaram a mercê da própria sorte, fugitivos e defensores do uso de suas terras que se davam de forma comum nos chamados faxinais. Lutaram bravamente sem sucesso contra os latifundiários, as empresas estrangeiras e as tropas da República.

A Revolução de 30: A burguesia local chega ao poder

Notadamente foi somente depois de 1930 que a região Meio-Oeste do estado de Santa Catarina começou a destacar-se, são apontados diversos fatores como responsáveis por essa ascensão da região Meio-Oeste Catarinense, mas sem dúvida nenhuma um dos mais importantes reside no fato de que, a partir da ascensão de Getúlio Vargas à presidência, as relações de poder no estado fossem reconfiguradas, afastando do governo do estado catarinense as famílias Konder e Luz que representavam o

capitalismo mercantil do litoral catarinense, assume então sua oposição, a família Ramos que representavam os latifundiários da região de Lages que permitiram com que comerciantes do Meio-Oeste Catarinense se aproximassem do aparato estatal.

“Com a ascensão da família Ramos, alguns comerciantes do Oeste catarinense aproximaram-se dos cargos políticos. Attilio Fontana, no caso, no início dos anos 30, assumiu o cargo de consultor do município de Cruzeiro (atualmente Joaçaba). Como tal, passou a analisar o orçamento da prefeitura e privilegiou em suas análises o direcionamento dos recursos à construção de estradas de rodagem. Percebe-se, por aí, que seu interesse em direcionar **recursos públicos** à construção de estradas de rodagem residia na necessidade de ligar suas próprias casas comerciais às áreas onde se localizavam os pequenos produtores rurais de milho, alfafa, suínos, etc., acoplando produção e escoamento...” (ESPINDOLA, 1999, grifo nosso).

Com a ascensão da burguesia local aos cargos políticos, os comerciantes locais utilizaram os recursos públicos para beneficiar seus empreendimentos e essa relação com o Estado aprofundou-se cada vez mais com o passar dos anos, isso fica comprovado quando o mesmo Attilio Fontana chega a Prefeitura do Município de Concórdia – SC e contrata profissionais: um médico e um agrônomo que trabalhavam para a prefeitura e para o frigorífico Sadia, do qual Attilio era proprietário, configurando uma verdadeira orgia entre público e privado.

A produção do espaço no Meio-Oeste catarinense deu-se de maneira a satisfazer as necessidades e interesses da classe dominante local, seguindo a mesma lógica das ferrovias, as rodovias também serviam para interligar as agroindústrias aos produtores e aos consumidores locais e nacionais.

Outros fatores o desenvolvimento das forças produtivas no Meio-Oeste Catarinense, entre eles a política de substituição de importações do Governo Vargas que fez com que as indústrias dedicadas à produção de produtos em substituição as importações tomassem o lugar dos frigoríficos e abatedouros no sudeste do país gerando um maior incentivo a produção de gêneros alimentícios, especialmente os ligados a carne suína e aves, na região Meio-Oeste Catarinense para o abastecimento da região sudeste do país.

Vale ressaltar que durante o Governo Vargas havia inclusive um subsídio dado aos produtores do Meio-Oeste Catarinense que escoavam a sua exortação pela ferrovia, o Governo concedeu vagões gratuitamente durante o período de 1932 à 1943. Com a exportação do excedente para os mercados consumidores do sudeste os comerciantes locais podiam gerar grandes lucros e especializar-se cada vez mais.

A consolidação dos empresários da região veio junto com o plano de metas de Juscelino Kubitschek que gerou um crescimento muito importante na produção local, porém esse crescimento sem distribuição, gerou uma posterior estagnação econômica que assolou o país todo e teve reflexos na economia local.

A Burguesia do Meio-Oeste Catarinense e o golpe civil/militar de 1964

O processo de estagnação vivenciado no fim do período anterior, serviu para fortalecer os argumentos dos setores mais conservadores da sociedade que queriam afastar o “perigo” do Comunismo e justificar o golpe civil/militar de 1964. Logo após consolidado o golpe, é lançado o Plano e Ação Econômica do Governo (PAEG) com o

intuito de enxugar gastos públicos, aumentar a carga tributária, conter o crédito e arrochar os salários.

Com essas medidas houve um grande número de empresas que decretaram falência, sobretudo no ramo alimentar, com isso foi possível às empresas do Meio-Oeste Catarinense que haviam acumulado capital no período anterior e que eram associadas ao novo regime, adquirir diversas empresas do seu ramo principalmente empresas em falência do RS e PR, mais próximas geograficamente.

Essa política adotada por parte do Governo Militar parece ser muito oportuna, pois possibilitou capacitar seus aliados regionais a participarem do chamado “milagre brasileiro” (1968-1973), forçando à falência as empresas de diferentes ramos (embora não saibamos especificar mais precisamente quais os vínculos com o novo regime que essas empresas falidas possuíam), por outro lado garantiu a seus aliados regionais (em diversas partes do país, não somente no Meio-Oeste Catarinense) a possibilidade de expansão de seus negócios em função das novas políticas adotadas nos anos seguintes, como as reformas fiscais e financeiras, o sistema funcional de crédito ao consumidor, o incentivo às exportações e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com isso consolidando uma base aliada forte, a burguesia nacional associada ao golpe, que convençamos chamar de golpe civil/militar em função dessa característica, entre outras.

Vale ressaltar o nível de envolvimento da promissora burguesia local com o Governo golpista, o então político/empresário do grupo Sadia, Attilio Fontana chegou a ser indicado pelo governo E. Garrastazu Médici, em 1970, ao cargo de vice-governador do estado de Santa Catarina.

Para entendermos melhor os reflexos desses vínculos, vejamos o exemplo do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina). Em 1963, havia sido criado um Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), ficou praticamente inoperante até 1968, posteriormente esse fundo foi responsável pelo desenvolvimento industrial do início do “milagre econômico” esse fundo se apoiou no AI-5 para impulsionar esse “desenvolvimento”, do total de investimentos desse fundo entre 1970 e 1979 (US\$30,9 milhões), o Oeste Catarinense que inclui Alto Vale do Rio do Peixe, Meio-Oeste Catarinense, Oeste e Extremo Oeste Catarinense obteve 30,9% dos investimentos do fundo segundo GIESE.

A apropriação direta dos empresários locais dos cargos públicos possibilitou, crédito para novos investimentos, isenções fiscais e investimento em infra-estrutura, onde se percebe mais claramente a produção do espaço, como demonstra GIESE:

“O empresário Plínio Nez, por exemplo, presidente das Organizações Chapecó, foi prefeito (1956-1961), deputado estadual (1963-1966), secretário estadual da Secretaria do Oeste no governo Colombo Salles e presidente do BADESC (1976-79). Em sua gestão no BADESC priorizou a eletrificação rural e financiou um entreposto frigorífico no porto de Itajaí para armazenar produtos destinados ao mercado externo. O Grupo Perdígão se fez representar por Luiz Gabriel (secretário da agricultura, 1966-70), Ivan Bonato (Secretário da Fazenda) e Victor K. Reis (diretor de crédito rural do BESC – Banco do Estado de Santa Catarina, 1975-79)” (GIESE, 1991)

Pós abertura e discussões atuais

Para melhor entendermos as transformações que ocorrem entre o fim da ditadura civil/militar e os anos atuais resolvemos dividir essa análise em duas partes, a primeira diz respeito ao período de abertura econômica promovido pelo governo Collor e seguido pela dolarização da economia no governo FHC e o segundo as políticas de desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento social e a tentativa de retomar um projeto de desenvolvimento de caráter nacional, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Para podermos entender melhor o contexto da abertura econômica temos que entender que com o final do regime civil/militar as articulações que os empresários do Meio-Oeste catarinense possuíam foram abaladas, era necessário realizar novas articulações que lhes permitissem manter o domínio na região, nisto percebe-se o caráter da burguesia nacional, muitas vezes entreguista, na avidez de conseguir lucros, em nosso entendimento, rechaça o projeto nacional e se entrega ao capital financeiro internacional e em pouco tempo se sucedem as desnacionalizações do setor agroindustrial do Meio-Oeste catarinense.

“A quebra do padrão de financiamento, a crise fiscal do Estado e o seu enfraquecimento enquanto poder de comando começa a desenhar uma nova ontologia das relações na economia brasileira (Baer, 1993; Lopreato, 1992; Carneiro, 1993). Quando se altera a relação entre o poder público e a dinâmica interdepartamental e o grande capital nacional, também se altera o padrão de acumulação. Com a desarticulação política do Estado na condução do processo de acumulação, investindo na infra-estrutura social básica e na regulação econômica e financeira, o grande capital multinacional, principalmente o financeiro, passa de fato a comandar o processo de acumulação. As privatizações e as desnacionalizações suicidas, associado ao novo ciclo de endividamento especulativo externo dos anos 90, ao mesmo tempo enfraqueceu e fortaleceu o Estado: enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; e fortaleceu para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro.” (GOULART FILHO, 2003)

Com a dolarização da economia as empresas do setor agroindustrial do Meio-Oeste catarinense perderam força na disputa do mercado internacional e voltaram seus olhos para o mercado nacional, transformando o consumo de carne de aves uma verdadeira bandeira do Plano Real, o que possibilitou a manutenção da produção na região e dos lucros dos empresários.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva chega ao poder impulsionado pelo anseio da sociedade por uma mudança das políticas neoliberais adotados nos períodos anteriores, porém percebe-se, a princípio, uma manutenção da política econômica do governo anterior e um aprofundamento das políticas sociais de assistência, que visam aliviar o sofrimento das camadas mais necessitadas da população mas não chegam a emancipar essas camadas tornando-as, muitas vezes, clientes dessas políticas assistencialista e base eleitoral do governo.

No presente momento, estamos analisando mais de perto as transformações que podem ocorrer no Meio-Oeste catarinense devido principalmente ao programa do Governo Federal Territórios da Cidadania que destina verbas no montante de 108,4 milhões em projetos que visam o desenvolvimento da região. O Meio-Oeste Contestado

foi escolhido segundo os dados oficiais do Governo por encontrar-se entre as 60 regiões de menor IDH do país.

Outras fontes dão conta de que a escolha da Região Meio-Oeste Contestada tenha ocorrido principalmente em função da articulação de certos grupos políticos ligados ao Governo Federal (Ideli Salvati, Luci Choinacki, Altemir Gregolim, José Fritsch). Esta parte final de nossa pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento em função de este ser um programa lançado no mês de abril de 2008, porém algumas características do programa já se fazem perceber principalmente o vínculo dele com projetos ligados aos biocombustíveis ou agrocombustíveis e a tentativa de desenvolvimento social. O programa beneficia 29 municípios da região Meio-Oeste Catarinense (Abelardo Luz, Bom Jesus, Capinzal, Catanduvas, Coronel Martins, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Galvão, Água Doce, Herval d'Oeste, Ibicaré, Ipuacu, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Luzerna, Marema, Ouro, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Treze Tílias, Vargem Bonita, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.).

6. Considerações Finais

As políticas de Estado sempre estiveram presentes na formação do espaço, a produção do espaço no Meio-Oeste catarinense se deu e alterou-se de acordo com as diferentes políticas adotadas pelos governos, geralmente aliados com a burguesia local, ou muitas vezes visando outros interesses nacionais ou próprios. Vale lembrar que os governantes não são indivíduos desprovidos da vida material e, portanto possuem posses, empresas, terras e negócios que muitas vezes são privilegiados em função de sua posição política.

Se em um primeiro momento, até 1910, a produção no Meio-Oeste Catarinense era uma produção de bases naturais e para a subsistência explorada apenas pelos índios e caboclos que habitavam a região. Com a construção da ferrovia, o processo de colonização, a exploração da madeira e erva-mate principalmente depois do fim Guerra do Contestado e da consolidação dos imigrantes sobretudo da segunda geração de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul, foi possível dar início a acumulação de capital que permitiu a inserção da região na economia nacional.

O governo durante período da república permitiu que as bases para a inserção econômica da região fossem dadas, porém, somente a partir do governo Vargas com a aproximação dos burgueses locais ao aparato estatal foi possível consolidar as bases da economia, um grupo de empresários levantaram rapidamente verdadeiros impérios que fizeram cidades inteiras dependentes do desenvolvimento de suas empresas e tornaram os pequenos produtores rurais dependentes e sob seu total controle, muitas cidades têm a sua economia quase que totalmente voltada ou adaptada a essa condição.

Porém, apesar desse desenvolvimento expressivo dessas empresas a população local parece não haver desfrutado da mesma condição que os grandes empresários. O desenvolvimento econômico não foi seguido de um desenvolvimento social consistente, houve apenas a concentração de renda nas mãos das grandes empresas. A burguesia local, demonstrou ter abandonado muito rapidamente o projeto nacional, quando o Estado não podia mais lhe trazer benefícios em função de sua condição na década de 80, e aliou-se rapidamente ao capital financeiro internacional na década de 90.

Com as novas transformações políticas que ocorrem em nosso país depois da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, podemos perguntar-nos se este governo não incorrerá no mesmo erro ao pretender desenvolver as forças produtivas tentando resgatar um projeto nacional baseado em alianças com as burguesias regionais, resta verificar como se dará a relação desse governo com a burguesia local, se manterá os privilégios dados pelos governos anteriores a alguns grupos ou se desenvolverá com os

trabalhadores novas relações que permitam a emancipação das camadas mais desfavorecidas da sociedade gerando um desenvolvimento social e não apenas econômico que beneficia apenas uma pequena minoria da população em detrimento da grande maioria.

Referências

BOSSLE, O. P.(1985) **A Industrialização de Santa Catarina; um estudo de história econômica regional (1888 – 1945)** São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

ESPÍNDOLA, C.J. **As Agroindústrias do Oeste Catarinense: o caso Sadia.** Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1996.

GIESE, Barbara; MINELLA, Ary Cesar. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Curso de pós-graduação em Sociologia Política. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial : demandas e canais de influencia (1970-1985).** Florianópolis, 1991. 149f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas

GOULARTE, Alcides Filho. **Formação econômica de Santa Catarina** in http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_52.pdf acessado em 20 de maio de 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine.** Lisboa, Moraes Ed., 1969.

MAMIGONIAN, Armen. **Indústria.** In: *Atlas de Santa Catarina.* Florianópolis, GAPLAN, 1986a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Capital.** Chicago: Encyclopaedia Britannica, c1952. 434p. ,

PEREIRA, Walmir da Silva; SANTOS, Silvio Coelho dos. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional.** 1995. 195f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

PINAZZA, L. A & ALIMANDRO R. (1999) **Reestruturação no Agribusiness brasileiro. Agronegócios no terceiro Milênio.** Rio de Janeiro:Abag,

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade.* 2ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M e SILVEIRA, M, L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI** Rio de Janeiro:Record 2001.

SORJ, B. et alii. **Camponeses e Agroindústria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VASILE, L. F. & Denardin, V. F. **Avaliação da Rentabilidade da Suinocultura no Oeste Catarinense frente ao Plano real 1989-1996** in Cadernos de Economia, n. 3, Chapecó: Grifos, 1998.

WAIBEL, L. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil in Revista Brasileira de Geografia ano 50 número especial, IBGE, 1988.